

## **A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO A PARTIR DO CONTEXTO CATARINENSE DO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Rosa **Batista** – PPGE\UNISUL

Eloísa Acires Candal **Rocha** – CED\UFSC

### **Resumo**

O presente texto traz resultados de uma investigação sobre a emergência da docência na Educação Infantil no estado de Santa Catarina, percorrendo um conjunto de iniciativas ao longo da primeira metade do século XX - 1908 a 1949. Para as análises, buscam-se na ACD de Norman Fairclough e autores como Maurice Tardif, Claude Lessard e Gauthier as bases teórico-metodológicas. Entre os achados verifica-se que a emergência da docência em Santa Catarina foi fruto de iniciativas religiosas, filantrópicas, jurídica, médico-sanitarista e empresarial, gestadas em diferentes contextos sociais, geográficos e políticos, com diversidade de formas de composição e organização do trabalho. Configurava-se a definição de dois profissionais com funções distintas, diferenciando o modelo de docência do Jardim de Infância em que a abnegação, a entrega, a devoção eram pré-requisitos e definiam a profissional responsável pelo cuidado e educação das crianças. No modelo de docência na Creche, constata-se a exigência de conhecimentos da área da saúde vinculados aos preceitos científicos da puericultura e higiene infantil.

Palavras-chave: História. Educação Infantil. Docência.

## **A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO A PARTIR DO CONTEXTO CATARINENSE DO INÍCIO DO SÉCULO XX**

A indefinição profissional associada às professoras de Educação Infantil exige conhecer as bases históricas da configuração desta docência. Na Educação Infantil brasileira, o uso de diferentes denominações para a função de professora tem relação com as bases históricas de constituição desta profissional que desde as primeiras

Creches no Brasil é chamada de ama, babá, recreacionista, atendente, auxiliar de desenvolvimento infantil, entre outros.

Conforme descreveram Mantovani e Perani (1999), esta é *uma profissão a ser inventada* e a consolidação de suas funções e de sua própria denominação vem exigindo um maior conhecimento de suas origens e do percurso histórico desta constituição profissional.

Estudos realizados por pesquisadores nacionais e internacionais<sup>1</sup> da área da Educação também vêm indicando a necessidade de ampliar os estudos sobre a ação docente, incluindo a constituição das professoras que atuam na Educação Infantil, uma vez que uma maior definição profissional do que lhe é próprio e particular pode decorrer numa maior consolidação de suas bases de formação e de sua ação educativa junto às crianças.

No Brasil, o processo de definição das responsabilidades sociais sobre as novas gerações desencadeou a construção de padrões de assistência e educação caracterizados por processos excludentes, não assegurando acesso igualitário à assistência, saúde e educação, produzindo a convivência de diferentes modalidades de serviços educativos em instituições diversas e com diferentes profissionais. Só a partir de 1988 é que se define constitucionalmente o direito à Educação Infantil às crianças. Esse quadro passa a exigir, mais uma vez, a definição dos profissionais responsáveis por esta etapa educativa em Creches e Pré-escolas, assim como sua denominação, carreira e formação.

A investigação nesta área demanda a análise dos processos históricos, constituidores das perspectivas educativas destas “novas” instituições e a função social de seus profissionais.

Em estudos sobre a produção acadêmica nacional identifica-se uma lacuna quanto a investigações sobre a construção histórica da profissão docente na Educação Infantil. Entre os estudos da história da infância e da Educação encontram-se pesquisas que têm como objeto por vezes a infância, por vezes as instituições voltadas às crianças. Há também estudos que buscam as raízes da constituição do professor da escola de Ensino Fundamental, desde o período colonial até a República e a atualidade,

---

<sup>1</sup> Dentre os estudos que têm como foco estas profissionais, sua formação e definição de sua função educativa da Educação Infantil, podem-se citar: Rocha (1999, 2007, 2012); Faria e Palhares (1999); Mantovani e Perani (1999); Cerisara (2002); entre outros. Estes autores apresentam importantes indicações sobre a formação e a maioria deles indica a necessidade de ampliar o conhecimento sobre o que constitui a especificidade da docência na Educação Infantil. Outras pesquisas sobre a docência na Educação Infantil vêm se preocupando com a profissionalização neste nível educacional e, dentre as que foram realizadas em Santa Catarina, podem-se citar os estudos de Tristão (2004); Schmitt (2008); Duarte (2011); Conceição (2010); Rocha (2012); entre outros.

compreendendo a docência como uma construção social, porém evidencia-se um hiato quando a discussão se encaminha para a constituição histórica da docência na Educação Infantil.<sup>2</sup>

A ausência de materiais de referências que permitam compreender as marcas que originaram estas profissionais e constituíram as funções sociais que passaram a exercer, hoje definidas como professoras de Educação Infantil que tem como função a docência, ainda confirma a necessidade de uma identificação de fontes primárias e de uma sistematização de estudos no sentido de contribuir com a produção do conhecimento que venha a constituir um histórico da profissão docente na Educação Infantil, subsidiando a formação inicial e continuada dos profissionais desta área.

Esta pesquisa buscou uma ampliação de estudos sobre o processo histórico que constitui a docência na Educação Infantil, abrindo novas frentes de investigação que também indiquem um novo conjunto de estratégias e modos de atuação para a formação inicial e continuada neste nível.

Em recente levantamento de fontes<sup>3</sup>, foi retomado, a partir dos artigos da Revista *A mãe de família*<sup>4</sup>, o primeiro texto publicado no Brasil sobre creche, intitulado *A crèche - Asylo para a primeira infância*, de autoria do dr. K. Vinelli, como forma de buscar como era definida a função dos responsáveis pelas crianças. Neste artigo, o autor empreende uma defesa da creche e define suas origens e funções, citando a primeira creche fundada em Paris, em 1844 – por Jean Batiste Firmin Marbeau e o livro: *Das creches ou meio de diminuir a miséria e aumentar [sic] a população*, 1879.<sup>5</sup>

Outros artigos sobre creche e o papel da mãe são publicados na mesma revista, com ênfase na importância do amor materno, apresentando índices sobre a mortalidade infantil na Europa e no Brasil e destacando a proteção da infância e a educação da família como bases para o progresso e a felicidade da pátria.<sup>6</sup> A partir do nº 4 da Revista (Anno 3, 1881), seu editor, Dr. Carlos Costa, passa a defender a união das senhoras para a fundação de uma Associação Protetora das Crianças – crèches ou asylos, de forma a

---

<sup>2</sup> Outros estudos tiveram como foco a docência na educação elementar ou fundamental. Ver também VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil** - representações em disputa, v. 4, 2009.

<sup>3</sup> Fonte não identificada para garantia de sigilo da avaliação.

<sup>4</sup> *A mãe de família* - Jornal quinzenal, voltado para as senhoras da sociedade carioca, com fins de instrução e cultura.

<sup>5</sup> Jean Firmin Marbeau (1798 - 10 de outubro de 1875) era um francês filantropo que foi pioneiro, um precursor da moderna creche. Conhecido por ter fundado a primeira creche, que abriu em Paris em 14 de novembro de 1844.

<sup>6</sup> Artigo: O papel da *mãe* na educação da primeira infância, Revista *A Mãe de família*, nº 24 – Anno 1 – Editorial do 1º Anno, 1879 e nº 1 – Anno 2, 1880.

proteger as crianças abandonadas nas ruas, principalmente após a Lei do Ventre Livre. Ao longo do terceiro ano de edição, a publicação apresenta uma sucessão de artigos sobre a educação das mulheres e defende o Lyceu para as moças.

Para compreender as marcas históricas deste processo de consolidação das creches e da Educação Infantil no Brasil, é importante notar que há uma simultaneidade temporal na inauguração destas instituições e dos Jardins de Infância. Em 1883, publica-se o artigo *A educação e o Jardim de Infância*, do Dr. Menezes Vieira, que anuncia a criação de comissão pelo Governo Imperial para angariar fundos para este fim. Traz o texto: “O Jardim de Infância, os asylos, escolas maternais ou kindergarden, como quiserem denomina-los são remédio eficaz, heroico [...]. Na França em 1857, haviam 3.000 salas de asylos [...]”. Em continuação do artigo (p. 95, nº 9, anno 4, 1883), o autor apresenta o Jardim de Infância como emancipação da mulher, afirmando: “Convicto que a mulher é a única a substituir a mãe.”<sup>7</sup>

As primeiras definições sobre a estrutura e pessoal das creches foram publicadas na Revista, no exato momento da abolição - com o Editorial *Ava Liberdade - Abolição* 15 de maio de 1888. Neste número, é também publicada a *Segunda Carta ao Ministro pela Proteção das creanças*, e também a seguinte *Terceira Carta*, que indica a creche como recomendação de serviço público.

Uma ênfase mais clara sobre funções surge mais à frente, na *Quinta Carta*, que define o corpo da Creche quanto à administração e pessoal: “O pessoal das crèches se compõe: De uma vigilante ou diretora; de mulheres encarregadas de embalar as crianças (*berceuses*, embaladeiras, berçaristas) e de creadas” (1888). “As *berceuses* têm como ocupação tomar conta das creanças” (1888).

Sobre o corpo da Creche, a carta define ainda que:

De accordo com o decreto ministerial de que falaremos, cada *berceuses* deve tomar conta de seis creanças. Porém, as maiores de um anno de idade, não tendo necessidade, na prática, de constante vigilância, este decreto nunca é observado e cada *berceuse* se encarrega de doze crianças. As creadas se ocupam dos trabalhos da cozinha, do aceio do edificio, etc. O estabelecimento deve ter um médico [...]. Quanto ao pessoal em serviço das crèches, entendo que melhor ninguém poderá exercer esses encargos que as Irmãs de Caridade. Como dedicação, como carinho pelas creanças, como vigilância, [...] De sorte que eu proporia que as *berceuses* fossem irmãs de caridade, e as creadas, as que estas escolhessem fossem elas que as dirigissem, sob a fiscalização de uma senhora o conselho, que ficariam semanas n'esse trabalho (COSTA, 1888).

<sup>7</sup> Neste número da Revista já é citado o método intuitivo de Froebel por Domingos J. B. D’Almeida.

A análise da circulação destas ideias na capital do país indicou para este estudo a indagação sobre a constituição da creche e de seu “pessoal” em âmbito regional, no contexto catarinense.

Pode-se afirmar que ainda há muito a ser conhecido, nacional e regionalmente. Como emerge esta função? Quem executa estas funções? Quais os critérios de escolha para o exercício junto às crianças? Quais as suas atribuições e objetivos junto às crianças? Que orientação ou formação elas recebiam?

A análise apresentada neste estudo buscou investigar a constituição da docência na Educação Infantil com o intuito de dar visibilidade para sua historicidade e contribuir para a definição da sua especificidade, com o objetivo de analisar as origens históricas e as determinações sociais e políticas da docência nas primeiras Creches e Jardins de Infância de Santa Catarina.

Buscou-se identificar as primeiras instituições de Educação Infantil de Santa Catarina através do levantamento, sistematização e análise das fontes documentais que constituíram o *corpus* de análise, de forma a identificar os elementos constitutivos da docência neste nível de educação.

A hipótese central desta pesquisa foi a de que a definição dos responsáveis pelas crianças nas instituições voltadas a elas é orientada pela assistência social à criança pobre, tendo como traço central a intervenção da Igreja e do Estado, que elegem para exercer esta função, fundamentalmente, irmãs de caridade, enfermeiras e voluntárias.

O estudo ora apresentado buscou na Análise Crítica do Discurso, de Fairclough (2001) sua base metodológica para apreender os documentos como discursos que não apenas refletem ou representam a realidade social, mas que, ao mesmo tempo, a constituem. O processo de *garimpagem* da emergência da docência se fez no conjunto do *corpus* documental constituído por crônicas, jornais e revistas, relatórios, certidões, históricos, decretos, fotografias, entre outros.

### **Garimpendo a constituição da docência da Educação Infantil catarinense**

A emergência das instituições de cuidado e educação das crianças pequenas em Santa Catarina, ao longo da primeira metade do século XX, mostram indícios significativos referentes aos modos como a docência foi sendo forjada a partir de iniciativas de cunho religioso, filantrópico, jurídico, médico-higienista e empresarial, gestadas em diferentes contextos sociais, geográficos, culturais e políticos.

No período entre 1908 a 1949, ocorreram duas guerras que tiveram consequências profundas na sociedade catarinense, dentre elas o projeto de nacionalização que “silenciou” um parcela considerável de imigrantes europeus, como muitos projetos de educação em curso; período marcado também por profunda desigualdade econômica e social, gerada pelas contingências do processo de industrialização e urbanização que produz, ao mesmo tempo, uma elite detentora dos meios de produção e, também, um contingente de trabalhadores suscetíveis às condições de exploração e sujeitos à lógica patronal.

No bojo destas desigualdades está o trabalho empreendido por mulheres alijadas de direitos sociais. Somado a isso, contam-se as precárias condições de vida da classe trabalhadora pela ineficiência/ausência do Estado como promotor de políticas sociais nas áreas da saúde, educação, moradia, transportes, entre outros. Fato igualmente relevante para análise nesse período diz respeito aos discursos científicos produzidos acerca da relação de cuidado como função materna.

A organização e o diálogo estabelecido com as fontes documentais, e o entrelaçar dessas histórias foi indicando que o estado de Santa Catarina, na primeira metade do século XX, acompanhava as *propostas modernas* nacionais e internacionais de retirada das crianças do “anonimato para ser um foco sobre o qual se concentram as mais diversas atenções” (CAMPOS, 2008, p. 175).

As primeiras iniciativas de Creche e Jardim de Infância no estado de Santa Catarina partiram de organizações religiosas católicas e luteranas, industriais, filantrópicas e assistenciais em diferentes contextos geográficos, históricos, sociais e culturais.

Ao intencionar dar visibilidade às iniciativas de atendimento educacional e de cuidado da pequena infância no estado de Santa Catarina, compreende-se que o estudo da emergência da docência na Educação Infantil relaciona-se com o surgimento das instituições responsáveis pela educação e cuidado das crianças de 0 a 6 anos.

Observando rupturas, continuidades e permanências em relação à história desse atendimento no cenário regional e nacional, apresenta-se uma periodização a partir de um conjunto de dados informados pelas fontes documentais e pesquisas já realizadas de caráter local, para dar a visibilidade com que temporalmente essas experiências ocorreram, além dos atores que delas fizeram parte.

Quadro 1 - Periodização do Jardim de Infância no estado de Santa Catarina

<b>JARDIM DE INFÂNCIA</b>				
<b>ANO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>ENTIDADE FUNDADORA</b>	<b>PROFISSIONAL/FUNÇÃO</b>
1908	Tubarão	Jardim de Infância (Colégio São José)	Congregação Irmãs da Divina Providência (Alemanha)	Missão assistencial e evangelizadora católica
1914	Florianópolis	Jardim de Infância (Colégio Coração de Jesus)	Congregação Irmãs da Divina Providência (Alemanha)	Missão assistencial e evangelizadora católica
1917	Joinville	Jardim de Infância (Tante Dolly)	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas (OASE) (Alemanha)	Missão assistencial e evangelizadora luterana. Professora leiga.
1928	Canoinhas	Jardim de Infância (Colégio Sagrado Coração de Jesus)	Congregação Missionárias de Maria Auxiliadora (Itália)	Missão assistencial e evangelizadora católica. Irmãs Salesianas.
1935	Rio do Sul	Jardim de Infância	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas (OASE) (Alemanha)	Missão assistencial e evangelizadora luterana. Professora leiga.
1935	Blumenau	Jardim de Infância	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas (OASE) (Alemanha)	Missão assistencial e evangelizadora luterana. Kindergartenschwester (Irmã de Jardim Infância).
1938	Rio do Sul	Jardim de Infância (Colégio Sagrado Coração de Jesus)	Congregação Missionárias de Maria Auxiliadora (Itália)	Missão assistencial e evangelizadora católica. Irmãs Salesianas.
1939 (?)	Florianópolis	Jardim de Infância (Instituto de Educação)	Poder Público Estadual. Decreto-Lei nº 306, de 2 de março de 1939.	Sem informações.
1939 (?)	Lages	Jardim de Infância (Instituto de Educação)	Poder Público Estadual. Decreto-Lei nº 306, de 2 de março de 1939.	Sem informações.
1945	Criciúma	Jardim de Infância (Casa da Criança Nossa Senhora de Fátima)	Círculo São José. Padre Agenor Neves Marques. Congregação Irmãs Escolares de Nossa Senhora (Alemanha) e Irmãs Beneditinas da Divina Providência (Itália).	Missão assistencial e evangelizadora católica. Irmãs Escolares, Irmãs Beneditinas e Juvenistas.
1948	Urussanga	Jardim de Infância (Casa da Criança - Paraíso da Criança)	Padre Agenor Neves Marques. Congregação Irmãs Beneditinas da Divina Providência (Itália).	Missão assistencial e evangelizadora católica. Professora leiga e Irmãs Beneditinas.
1949	Ipira e Piratuba	Jardim de Infância	Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas (OASE) (Alemanha)	Missão assistencial e evangelizadora luterana. Professora.

Fonte: Elaboração das autoras, 2013.

Quadro 2 - Periodização da Creche no estado de Santa Catarina

<b>CRECHE</b>				
<b>ANO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>ENTIDADE FUNDADORA</b>	<b>PROFISSIONAL/FUNÇÃO</b>
1936	Joinville	Creche Conde Modesto Leal	Círculo Operário de Joinville. Congregação Irmãs da Ordem de São Vicente de Paula.	Programa da Assistência ao Operário. Irmã Vicentina.
1941	Florianópolis	Creche Educandário Santa Catarina	Sociedade de Assistência aos Lázaros e defesa contra a Lepra. Congregação Irmãs da Ordem Franciscana.	Assistência Social. Irmãs Franciscanas.
1945	Blumenau	Creche Empresa Hering	Empresa Hering. Lei Trabalhista - CLT 1943 (Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).	Assistência Científica. Enfermeira.
1946	Florianópolis	Creche Posto de Puericultura Beatriz Ramos	Legião Brasileira de Assistência (LBA)	Assistência Científica. Enfermeira.

Fonte: Elaboração das autoras, 2013.

## **A emergência da docência no Jardim de Infância de Confissão Luterana**

A influência da Igreja Luterana na criação dos Jardins de Infância em Santa Catarina nos primeiros anos do século XX instituiu-se, também e principalmente, por uma parcela dos colonizadores vindos do continente europeu que, desde que aqui chegaram, elegeram espaços religiosos e educativos como uma das estratégias de combater ao que consideravam atraso e decadência cultural e religiosa.

Essas iniciativas de caráter religioso refletem um conjunto de saberes, representações, valores e atitudes em relação ao cuidado e educação das crianças, que foram se constituindo na esteira dos conhecimentos acerca da pequena infância e dos serviços para seu atendimento, produzidos nacional e internacionalmente, que repercutiam e inspiravam as experiências educativas nos contextos das instituições de Jardim de Infância.

O Jardim de Infância criado em 1917, em Joinville, teve, como primeira professora, Clara Bornschein, que atuou de 1920 a 1924, e Dorothea Buehler, filha do Pastor Fritz Buehler, atuou como professora de 1925 a 1938 e participava ativamente dos cultos e festividades como organista da Igreja Luterana. Este Jardim tinha como papel social manter os princípios religiosos da comunidade evangélica.

Em uma *conversa-entrevista* com a Sr<sup>a</sup> Jutta Hagemann, ela revisita sua memória dos tempos do Jardim de Infância da “*Tante Dolly*”, como era carinhosamente chamada a professora Dorothea Buehler, e entre suas poucas lembranças estão as brincadeiras com os amigos, as aulas de canto, as lições da Bíblia, aprender a falar a língua alemã, a obediência e disciplina seguindo os valores e hábitos da cultura alemã.

O Jardim de Infância criado na cidade de Blumenau no ano de 1935, pela Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas (OASE), inicia com a contratação da primeira *Kindergartenschwester* (Irmã de Jardim de Infância).

Com relação ao papel das Sociedades de Senhoras Evangélicas na formação da mulher luterana em Blumenau, Silva (2008, p. 8) informa, sobre a Escola de Economia Doméstica, que incluía culinária, administração da casa, contabilidade, cuidado com as crianças. A escola “*Frauenschule*”, “Escola de Mulheres”, era vinculada ao pensionato evangélico de moças, que fazia parte do trabalho social de cunho educativo.

O trabalho realizado na perspectiva da formação da mulher luterana incluía a formação específica para atuar no Jardim de Infância, com a ressalva de que esta formação era direcionada para as alunas “senhoras”, com destaque para o

aprofundamento dos conhecimentos das áreas da Educação, Psicologia, metodologia e atividades práticas com o Jardim de Infância. Porém, de acordo com o texto do *Volskskalender* seu principal objetivo não era esse, mas “ajudar à aluna no desenvolvimento primordial da sua feminilidade, da felicidade espiritual e do seu sentimento maternal” (SILVA, 2008, p. 86-87). Neste sentido, ao “definir a ‘boa mãe’, que é educadora e a Educadora como profissional da educação da infância”, circunscreve as funções da mulher à educação (FERREIRA, 2000, p. 182).

Na continuidade das iniciativas de confissão religiosa evangélica protestante, a pesquisa de Isotton (2004, 2005) informa que a primeira professora do Jardim de Infância criado em Rio do Sul era Dagmar Schroeder, filha do Pastor Stoer. Um dos pré-requisitos para atuar no Jardim de Infância era que fosse, obrigatoriamente, evangélica, sendo o Pastor Stoer responsável pelo trabalho de orientação pedagógica com as professoras. Este Jardim, a exemplo dos demais, tinha como papel social manter os princípios religiosos da comunidade evangélica. Havia uma prerrogativa para assumir o trabalho junto às crianças, qual seja, um *corpus* de saberes no âmbito da cultura religiosa de valores morais, regras de comportamento que preparassem a criança para o futuro, que se diferenciava do âmbito privado da família.

Na experiência realizada no Jardim de Infância de Piratuba e Ipira-SC, com início em 1948, Hedwig Matte Werner, nascida na cidade de Ipira, sonhava ser professora e, para tanto, atuou como auxiliar no desenvolvimento das atividades desenvolvidas em um Jardim de Infância na cidade de São Leopoldo-RS, para aprender o ofício de professora. Aos 16 anos, iniciou as atividades do Jardim de Infância como professora em Ipira e Piratuba. Embora o trabalho desenvolvido estivesse vinculado aos princípios da OASE, há, nesta experiência, um fator importante, que se refere à necessidade de adquirir os saberes “específicos” através do contato com professoras experientes e do contato direto com as crianças.

### **A emergência da docência no de Jardim de Infância de Confissão Católica**

A institucionalização do cuidado e educação das crianças pequenas, em contextos de Jardim de Infância, também se constituiu como uma atividade assumida por diferentes congregações religiosas femininas em várias cidades do estado, entre elas: Tubarão e Florianópolis (Irmãs da Divina Providência), Canoinhas (Missionárias Filhas de Maria Auxiliadora), Criciúma (Irmãs Escolares de Nossa Senhora e Irmãs

Beneditas da Divina Providência), Urussanga (Irmãs Beneditas da Divina Providência), e Rio do Sul (Missionárias Filhas de Maria Auxiliadora).

A influência religiosa católica na área da Educação, mais especificamente na educação assistencialista da família e da infância, tem suas raízes na encíclica *Rerum Novarum*, de autoria do Papa Leão XIII, datada do ano de 1891. Sob o tom da evangelização e da caridade, a Igreja, através de iniciativas educacionais de Jardim de Infância e Creche, buscava ampliar seu rebanho com a promessa de uma formação sólida, cristã e social dos pequenos, a fim de que viessem, no futuro, atender a sua própria necessidade e da sociedade capitalista.

A escassez de fontes documentais acerca de algumas iniciativas e experiências de trabalho educativo realizado com as crianças limita as possibilidades de uma análise mais apurada sobre os modos como a docência foi se constituindo no âmbito dos Jardins de Infância de confissão religiosa católica.

Não foram encontrados documentos referentes ao trabalho desenvolvido no Jardim de Infância criado na cidade de Tubarão, sendo esta uma iniciativa que, em seguida, foi interrompida por falta de matrícula. Também sob os princípios do cristianismo católico, o Jardim de Infância criado na cidade de Canoinhas em 1928, pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus, e dirigido pelas Irmãs Missionárias de Maria Auxiliadora, carece de fontes documentais que permitam inferir sobre a participação direta das Irmãs na condução dos trabalhos desenvolvidos com as crianças no referido Jardim de Infância.

O mesmo se pode dizer em relação ao primeiro Jardim de Infância do Colégio Coração de Jesus na cidade de Florianópolis, cujo registro feito por Boppré (1989, p. 77) ressalta dois importantes acontecimentos no ano de 1914: a abertura do primeiro Jardim de Infância para crianças de 4 a 7 anos, e a promulgação da Lei nº 1.025, que autorizava a Escola Complementar Equiparada, anexa ao Colégio Coração de Jesus, a criar um ano suplementar. Em 1915, lecionavam no colégio doze professoras irmãs e uma leiga, mas não há informação sobre quem assumia o trabalho junto às crianças.

Os estudos de Isotton (2004) sobre o Jardim de Infância criado na cidade de Rio do Sul (1938) constatam que as Irmãs da Congregação Missionárias de Maria Auxiliadora atuavam como professoras no Jardim e nas demais séries do Ensino Primário. No ano de 1939 consta, nos poucos documentos encontrados, o nome da Irmã Pierina Luciani como professora. Atendendo aos ideais de nacionalidade impostos

naquele período, a educação propagada no Jardim de Infância era pautada pela religião, disciplina, amor à pátria.

No sul do estado, duas iniciativas se destacam: o Jardim de Infância Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Criciúma (1945), e o Jardim de Infância na cidade de Urussanga (1948). Estas emergem num contexto de urbanização e modernização da região sul, em processo de intenso desenvolvimento e crescimento de sua economia, promovido pelo aumento da atividade de extração do carvão. Neste processo de urbanização, juntamente com o processo de industrialização, observava-se a crescente demanda pela educação e cuidado das crianças.

A convite do Círculo Operário São José, da Paróquia São José de Criciúma, as Irmãs Escolares de Nossa Senhora iniciam os trabalhos dedicados ao Jardim de Infância, assumindo a direção da instituição denominada *Casa da Criança*. As atividades tiveram início no mês de abril de 1945, atendendo, neste primeiro ano de funcionamento, a 62 crianças com idades compreendidas entre 2 e 6 anos, sob os cuidados de uma Irmã e uma Juvenista. A direção-geral compunha-se do padre Agenor Marques Neves da Paróquia São José, e de sua irmã Estela Marques, Complementarista.

No ano de 1948, o grupo de trabalho era constituído por: Irmã Dietilde, Rute Issler, Cleo Motta Gama e pela Juvenista Doraci Silva. A rotina das atividades era baseada na vivência religiosa, com rezas no início e fim das aulas de religião. A disciplina e rigidez constituíam-se como elementos indispensáveis na educação das crianças, juntamente com atividades lúdicas, brincadeiras construtivas e pequenas responsabilidades (HISTÓRICO DO COLÉGIO SÃO BENTO, s/d).

O Jardim de Infância da cidade de Urussanga (1948), denominado mais tarde como *Casa da Criança*, que depois de ampliado e recebeu o nome de *Paraíso da Criança*, foi uma iniciativa que partiu do Padre Agenor Neves Marques, Ida Bez e Olinda Bettiol, que acolheram o pedido da comunidade para criar um Jardim de Infância para seus filhos. Olinda Bettiol foi a primeira professora do Jardim de Infância, era leiga e contava com as “orientações pedagógicas” do Padre Agenor Neves Marques e Ida Bez para organizar e desenvolver o trabalho com as crianças.

Esta iniciativa tinha como função proteger, assistir e instruir nos preceitos da moral, da civilidade e da religião. A educação realizada no Jardim de Infância compreendia a formação de católicos, apóstolos militantes leais e convictos. (MARQUES, 1960).

Padre Agenor Neves Marques, fundador do Jardim de Infância, definia três elementos da formação cristã: 1- a criança que vai se formar; 2- a religião (doutrina) que vai se transmitir; 3- a Pedagogia através da metodologia educacional e da Psicologia Infantil que vai se aplicar. A pedagogia moderna, calcada nos fundamentos da Psicologia, é defendida como uma referência que perpassa essa experiência de Jardim de Infância, e que concebe a criança como “um ser individual, em metamorfose, dócil, maleável, solidária” (MARQUES, 1960).

No livro *Crônica do Jardim de Infância* (10/05/1948 – 30/10/1958), apresentam-se indícios de uma docência marcada pela prática das orações, cantos, versos, passeios, desenhos, brinquedos e brincadeiras, atividades de escrita e matemática, atividades artísticas, visitas à igreja, confecção de brinquedos e histórias bíblicas.

### **A emergência da docência na Creche**

O período em que são implantados programas assistenciais e Creches no estado de Santa Catarina converge para a imagem regeneradora do estado adotada pelo então Interventor Federal Nereu Ramos, em conformidade com as políticas Nacionais do Estado Novo empreendidas pelo governo de Getúlio Vargas. “Os discursos e práticas desse Interventor se direcionam para a institucionalização de concepções educativo-pedagógicas, religiosas, cientificistas, industriais, médico-higiênicas, assistencialistas e de urbanização” (CAMPOS, 2008, p. 26).

As iniciativas de Creche no estado (1936-1943) partem de diversos atores sociais, com implantação da instituição por damas da sociedade (Legião Brasileira de Assistência, Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra), por iniciativa do Círculo Operário Católico, e da classe industrial que emergia no período estudado. As diferentes formas de atendimento e as diferentes iniciativas tinham, como premissa, a caridade e a filantropia vinculadas às orientações da assistência científica.<sup>8</sup>

Decorrente da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930), bem como do Departamento Nacional da Criança (1940), deu-se início a um conjunto de políticas de atendimento às crianças, com enfoque prioritário às áreas de assistência e saúde, respondendo minimamente aos impactos provocados pela política desenvolvimentista industrial, instaurada no governo Vargas.

---

<sup>8</sup> Ver Kuhlmann Junior (1991).

Neste contexto, emerge, na cidade de Joinville, a Creche Conde Modesto Leal, uma iniciativa do Círculo Operário Católico sob a direção de Padre Alberto Kolb, com a função caritativa e filantrópica coordenada pelas Irmãs de Caridade São Vicente de Paulo. A Igreja representada pelo COCJ<sup>9</sup> insere-se como implementadora de ações assistenciais no âmbito da classe operária, em apoio à consolidação das políticas públicas de caráter assistencial em âmbito nacional,

[...] criação de creches, que são instituições onde as mães operárias ahi deixam os seus filhinhos pela manhã, de 6 meses á 10 annos de idade, e sob os bondosos cuidados de irmãs de caridade e empregadas escolhidas e mediante uma insignificante remuneração. As criancinhas são bem alimentadas, sempre lavadas e vestidas com asseio, havendo [...] um jardim de infância com [...] instrucção e folguedos infantis. À noite, de volta de seu trabalho, as mães dessas creanças levam-nas para suas casas cheias de viva satisfação, pois, já compreendem os reaes benefícios que lhes trazem e a seus filhinhos esses estabelecimentos piedosos (KOLB, [s/d]).

A presença das irmãs de caridade na condução do cuidado e educação das crianças remete para uma experiência de docência na creche sob orientação de caráter higiênico. “As criancinhas são bem alimentadas, sempre bem lavadas e vestidas com asseio”, com distinção à experiência de docência no Jardim de Infância pautada na “instrucção e folguedos infantis” (KOLB, [s/d]).

Na continuidade das iniciativas assistenciais no estado de Santa Catarina, foi instalado, no município de Florianópolis, o *Centro de Puericultura Beatriz Ramos* (1943), de natureza médico-higienista, que previa a assistência materno-infantil e a frequência da criança sadia ao Centro, a fim de garantir seu normal desenvolvimento.

Em conformidade com as orientações do Departamento Nacional da Criança (DNCr) e Departamento de Saúde Pública do Estado, o centro de puericultura tinha, como propósito, o atendimento às famílias pobres da região, com atenção à saúde das mulheres gestantes, a saúde das crianças e atendimento às crianças de 0 a 6 anos, sob a direção do abalizado clínico e pediatra, Dr. Miguel de Sales Cavalcanti, médico do Departamento de Saúde Pública e especializado em mestéres de puericultura (RELATÓRIO LBA, 1945).

As crianças de 0 a 1 ano eram objeto de intervenção dos serviços de higiene infantil, que ficavam sob a responsabilidade de uma enfermeira e sob vigilância do puericultor e do pediatra. Ferreira (2000) trata das questões quanto à nova mentalidade

---

<sup>9</sup> Círculo Operário Católico de Joinville.

que surge dos modernos conhecimentos médicos e biológicos, interdependentes, onde se percebe culminar “a medicina higienista de tipo médico-social que elege a proteção à Infância como mote” (p. 117).

Na esteira da exaltação do progresso e da indústria, inscreve-se a experiência da Creche da Cia. Hering, na cidade de Blumenau, fundada em 1945, como cumprimento das exigências contidas na então recente Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Lei nº 5.452/1943).

A enfermeira, com completo estágio na secção de higiene infantil e cozinha dietética, é a profissional contratada para atuar tanto na cozinha quanto nas ações de higiene e bem-estar das crianças de até um ano de idade. As orientações estão em consonância com os indicativos do DNCr que, ao tratar da implantação do serviço de lactário no Distrito Federal em 1931, vai definindo a função e a organização da Creche, tomando como referência as instituições francesas.

### **Considerações finais**

O exercício realizado nesta pesquisa foi o de capturar os reflexos da estruturação histórica dos serviços voltados para a educação e cuidado das crianças pequenas, nos processos de constituição da docência na Educação Infantil em Santa Catarina.

São os Jardins de Infância as primeiras instituições que emergem em Santa Catarina, e que refletem a preocupação com o cuidado e educação das crianças numa perspectiva filantrópica, advinda dos princípios religiosos católicos e luteranos, que viam na educação dos pequenos a possibilidade de formação espiritual e moral como estratégia para instituir e manter a cultura religiosa que promoviam. Também visavam à preservação das crianças de influências externas, resguardando sua “natureza infantil”, como também sua preparação para posterior inserção na sociedade, haja vista a urgência de uma nação “civilizada”, que exigia sujeitos obedientes, saudáveis, produtivos e dóceis.

A educação moral, cívica, patriótica e religiosa é enfatizada e, portanto, indicam elementos constituidores das docência no Jardim de Infância, cujo caráter se coaduna com a “grande” obra da caridade cristã, patriótica e nacionalizadora.

A perspectiva médico-higienista destaca-se pela influência sobre as ações do Estado na produção de um modelo institucional que compõe a base estruturante da

constituição histórica da docência na Creche, corporificada nas práticas educativas e assistenciais.

Configurava-se, deste modo, a definição de dois profissionais com funções distintas, diferenciando, assim, o modelo de docência da Creche do modelo do Jardim de Infância. A abnegação, a entrega, a devoção e atitudes acolhedoras eram compreendidas como pré-requisitos e definiam a profissional responsável pelo cuidado e educação das crianças pequenas, e, na Creche, mais especificamente, constata-se a exigência de conhecimentos da área da saúde vinculados aos preceitos científicos da puericultura e higiene infantil, corporificados na prática como uma “educação higiênica”.

A pesquisa vem reafirmar a relação entre Estado e Igreja na estruturação da educação das crianças pequenas e, conseqüentemente, o caráter *não homogêneo ou linear* da constituição da Educação Infantil e da docência no período estudado. Isso se revela nos projetos com elementos comuns, mas também opostos, divergentes, que deram origem às iniciativas localizadas; numa história fragmentária, cujas memórias são difíceis de ser reconstituídas devido a uma documentação que parece não interessar à sociedade ou ao Estado; numa “docência feminina” que quase não tem visibilidade ou respeitabilidade social a seu tempo.

Uma evidência nesta direção revela-se no fato de os nomes de pastores e padres figurarem como protagonistas dos processos, enquanto muitas das identidades de mulheres que atuavam diretamente com as crianças ficavam na obscuridade, sob denominações genéricas: irmãs, missionárias, irmãs religiosas, juvenistas, senhoras evangélicas, profissionais leigas e professoras.

### **Referências Bibliográficas**

BOPPRÉ, Maria Regina. **O colégio Coração de Jesus na educação catarinense (1898-1988)**. Florianópolis: Lunardelli, 1989.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930: da degenerescência à regeneração**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

CERISARA, Ana Beatriz. **Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional**. SP: Cortez, 2002.

CONCEIÇÃO, Graziela Pereira. **Trabalho docente na educação infantil pública em Florianópolis: um estudo sobre as auxiliares de sala.** 2010. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

COSTA, Carlos. **Revista A mãe de família**, n. 13, anno X, 1888.

DUARTE, Fabiana. **Professoras de bebês: as dimensões educativas que constituem a especificidade da ação docente.** 2011. 288 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina: PPGE, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora UNB, 2001.

FARIA, Ana Lucia Goulart; PALHARES, Marina. **Educação Infantil pós-LDB.** São Paulo: Autores Associados, 1999.

FERREIRA, Maria Manuela. **Salvar Corpos, forjar a razão: contributo para uma análise crítica da criança e da infância como construção social em Portugal: 1880-1940.** Porto-PT: Instituto de Inovação Nacional, 2000.

HISTÓRICO DO COLÉGIO SÃO BENTO. Texto Mímeo. Criciúma, [s/d].

ISOTTON, Andréa Patrícia Probst. **A influência do luteranismo e do catolicismo nos primeiros jardins de infância em Rio do Sul.** Rio do Sul: UNIDAVI, 2004.

\_\_\_\_\_. A influência do luteranismo e do catolicismo nos primeiros jardins de infância em Rio do Sul. **Caminhos: ensino, pesquisa e extensão – autonomia científica**, Rio do Sul: UNIDAVI, v. 1, nº 4, p. 9-24, jan./jun. 2005.

KULHMANN JUNIOR, Moysés. **Educação Pré-escolar no Brasil: 1889-1922** (Exposições e congressos patrocinando a “assistência científica”). (Dissertação de Mestrado). PUC-SP, 1990.

MANTOVANI, Susanna; PERANI, Rita M. Uma profissão a ser inventada: o educador da primeira infância. **Pro-posições**, v. 10, n. 1 [28]. Campinas: UNICAMP, p. 75-98, 1999.

MARQUES, A. Neves. **HISTÓRIA DE URUSSANGA.** Urussanga: Prefeitura Municipal, 1960.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. **A invenção da Professora de Educação infantil.** Relatório de pesquisa de estágio pós-doutoral. PPGE-PUC-RJ, 2012. (não publicado)

\_\_\_\_\_. **A Pesquisa em Educação Infantil no Brasil.** Trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma Pedagogia da Educação Infantil. Florianópolis: NUP/UFSC/CED, 1999.

\_\_\_\_\_. Os descaminhos da democratização da educação na infância. **Zero-a-Seis Revista Eletrônica** (Florianópolis), v. 16, p. 1/850/763-6, 2007.

SILVA, Marilda Checcucci Gonçalves. Imigração, alimentação e Luteranismo em Blumenau (SC). **Caderno Espaço Feminino**, v. 20, n° 2, p. 75-97, ago./dez. 2008.

TRISTÃO, Fernanda Carolina Dias. **Ser professora de bebês**: um estudo de caso de uma creche conveniada. 2004. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil** - representações em disputa, v. 4, 2009.

VINELLI, K. A crèche - Asylo para a primeira infância. **Revista A mãe de família**, n° 1, anno 1, capa; p. 3-5 e p. 15.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 4ª. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

### **Fontes documentais**

CRÔNICA do Paraíso da Criança (10/05/1948 – 30/10/1958). Urussanga, SC.

HISTÓRICO do Jardim de Infância da Rua Jaguaruna. Texto Mímeo. Joinville, 1963.

INDÚSTRIA TÊXTIL COMPANHIA HERING. Fundação Hermann Hering. **Regulamento**. 1947.

KOLB, Alberto. **Histórico do Círculo Operário através da imprensa**. Fatos e não palavras. Amparando os proletários catarinenses. Livro n° 1 [s/d].

RELATÓRIO LBA. Relatório da Legião Brasileira da Assistência. (LBA, 1945 e 1948). Florianópolis: Imprensa Oficial, 1945. Acesso: BPESC.